

Dupla predestinação simétrica ou assimétrica? Apontamentos históricos e teológicos do Sínodo de Dort

Symmetric or asymmetric double predestination?
Historical and theological notes of de Synod of Dort

Luciano Azambuja Betim¹

RESUMO

Do ponto de vista teológico, a predestinação não é novidade da reforma, mas tem suas raízes com destaque em Sando Agostinho. Este artigo visa analisar a conceito da dupla predestinação conforme redigida nos Cânones de Dort e seus desenvolvimentos na teologia reformada posterior. A questão central consiste em entender se os Cânones de Dort ensinam a eleição e reprovação ativa (esquema positivo-positivo), ou a eleição ativa e reprovação passiva (esquema positivo-negativo). O trabalho tem seu ponto de partida nos textos dos Cânones de Dort, buscando dialogar com autores da Fé Reformada. O resultado da pesquisa indica que a eleição é um ato ativo-positivo da parte de Deus e a reprovação um ato passivo-negativo. Nesse sentido, a predestinação é dupla, mas não é simétrica.

Palavras-chave: Eleição; Igrejas Reformadas; Reprovação; Sínodo de Dort.

Abstract

From a theological point of view, predestination is not new to the Reformation, but it has its roots prominently in Saint Augustine. This article aims to analyze the concept of double predestination as written in the Canons of Dort and its developments in later Reformed theology. The central question is to understand whether the Canons of Dort teach active election and reprobation (positive-positive scheme), or active election and passive reprobation (positive-negative scheme). The work has its starting point in the texts of the Canons of Dort, seeking to dialogue with authors of the Reformed Faith. The research results indicate that election is an active-positive act on God's part and reprobation is a passive-negative act. In this sense, predestination is double, but it is not symmetrical.

Keywords: Election; Reformed Churches; Rejection; Synod of Dort.

¹ Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).Contato: lucianobetim@outlook.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo demonstrar como os Cânones de Dort apresentam a doutrina bíblica da predestinação. No contexto da fé reformada, essa é a doutrina que mais causa controvérsia. Contudo, como observa Sproul (2006, p.55), trata-se de uma crença ancorada nas Escrituras, e por isso deve ser analisada com cuidado e precaução. Uma questão pressupõe a outra, ou seja, se há eleição, há também a reprovação, sendo necessário também abordar esse assunto. O tema não foi novidade da reforma. Santo Agostinho escreveu sobre a predestinação em uma de suas importantes obras.

Do ponto de vista teológico, qual é o sentido de “predestinação”?

Em sua definição ampla, [é] a afirmação teológica de que Deus soberana e graciosamente planejou o desenrolar da história de todas as coisas. Ela é mais comumente conhecida de acordo com uma definição mais limitada, de que Deus decretou tanto a salvação como a rejeição final de cada pessoa. A eleição e a reprovação, então, são subcategorias da doutrina da predestinação (Vandyke, 2021, p.1204).

Essa doutrina apareceu com destaque na Igreja Reformada Holandesa. O Sínodo de Dort tratou de vários temas teológicos no contexto da Igreja Reformada Holandesa. Entretanto, o assunto da predestinação recebeu atenção mais detalhada nas discussões. De modo que a pergunta que norteia esta pesquisa é: A dupla predestinação é ensinada nos cânones de Dort? Para responder essa pergunta será feita uma análise no texto dos cânones, bem como um diálogo com a literatura reformada mais recente em suas variadas vertentes.

Os resultados indicam uma dupla predestinação. Porém, a hipótese principal aponta que essa dupla predestinação segue o esquema positivo-negativo. Em outras palavras, a eleição é um ato positivo da parte de Deus, convencendo e chamando o pecador. Por outro lado, a reprovação é um ato negativo. Não há ação divina sobre o ímpio, o qual segue o curso natural. Pensando de outra forma, na eleição Deus age de

modo ativo, enquanto na reprovação de modo passivo, Deus não opera nem força o mal.

Essas distinções são importantes, haja vista que

A doutrina do concurso divino nas atividades das criaturas pretende esclarecer, por um lado, que as criaturas não estão simplesmente entregues a si mesmas em suas atividades; por outro lado, não se quer que a atuação de Deus nelas seja concebida como atividade exclusiva de Deus, que excluísse a autonomia das criaturas e seu possível desvio das intenções divinas com elas (Pannenberg, 2009, p.87).

A metodologia adotada consiste na revisão de literatura disponível. Como fonte principal e primária utilizamos o texto dos Cânones de Dort, conforme tradução publicada pela Editora Clire. A pesquisa dialoga ainda com textos de Anthony Hoekema, Wayne Grudem, John Piper, R.C. Sproul, Edward Spencer e outros, todos autores situados na tradição reformada. A versão bíblica padrão nas citações é a Nova Versão Internacional da Bíblia (NVI). Outras versões bíblicas serão indicadas no corpo do próprio texto.

A eleição e a reprovação estão vinculadas aos chamados cinco pontos do calvinismo: Tradicionalmente, no pensamento reformado, se fala nos 5 pontos do calvinismo. Não fora idealizado por Calvino (no Sínodo de Dort (1618-1620, o reformador já havia morrido fazia mais de 50 anos). O acróstico tradicional a seguinte ordem:

T- Total depravação
U- Uma incondicional eleição
L- Limitada expiação
I – Irresistível graça
P- Perseverança dos Santos. (Piper, 2014, p.13).

John Piper modifica a ordem, tratando dos mesmos temas, mas numa sequência experimental:

1. Experimentamos, primeiramente, a nossa depravação e necessidade de salvação.
2. Experimentamos a graça irresistível de Deus nos levando a fé.

3. Confiamos na suficiência da morte expiatória de Cristo pelos nossos pecados.
4. Descobrimos que, por traz da obra de Deus em expiar nossos pecados em levar-nos à fé, estava a eleição incondicional de Deus.
5. E, por último, descansamos em sua graça eletiva que nos dá o poder e a vontade de perseverarmos até o fim. (Piper, 2014, p.13)

Neste artigo o recorte é sobre a questão da eleição e reprobção. O esquema principal do artigo divide-se em três partes. . Em primeiro lugar será realizada uma breve exposição da situação histórica do Sínodo de Dort. Em segundo lugar algumas definições em relação aos termos teológicos “eleição” e “reprobção”. Em terceiro e quarto lugar, uma investigação da doutrina da eleição bem como da reprobção, conforme o texto apresentado nos Cânones de Dort e seu eco na tradição reformada posterior. O artigo não pretende esgotar o tema. Permanecemos na perspectiva confessional conservadora sobre o tema, reconhecendo, porém os avanços teológicos trazidos por Karl Barth.

1. O SÍNODO DE DORT

As igrejas reformadas na Holanda teve origem na reforma liderada por João Calvino. O Sínodo de Dort (1618-1619) ocorreu na cidade de Dort, Holanda. Teve início no dia 13 de novembro de 1618, tendo delegados advindos de Igrejas Reformadas dos Países Baixos, e mais vinte e sete representantes de igrejas reformadas estrangeiras (Magalhães, 2017, p.113). Foi uma grande assembleia, um sínodo reunindo grupos das principais igrejas reformadas na Europa e nas Ilhas Britânicas.

Houve ampla participação de igrejas reformadas. Entretanto, “O rei da Inglaterra não quis enviar teólogos da Igreja Presbiteriana da Escócia (da linha reformada)” (Os Cânones, 2021, p. 15). O Sínodo de Dort não deixou de ter uma certa influência política. É fato que “O príncipe viu claramente o perigo de a República perder sua unidade. Usando sua influência como governador-geral da República, ele

começou a quebrar o poder das autoridades armenianas” (Os cânones de Dort, 2021, p. 12-13).

A teologia reformada sempre esteve envolta em profundas discussões teológicas. Nesse sentido, tendo uma grande dimensão, essa assembleia foi convocada para lidar com as questões teológicas e eclesiológicas na igreja Reformada da Holanda (Erickson, 2011, p.63). Mas não era um problema localizado apenas na Holanda. De certo modo se tratava de algo que poderia influenciar todo o movimento reformado de modo geral, trazendo consequências para a fé cristã nesse contexto.

A questão toda começou com Jacob Armínio e depois com os herdeiros de sua teologia, quando da publicação de seus ensinamentos. Jacob Armínio, em:

Sua tentativa de mudar o Calvinismo [...] gerou oposição de seu amigo Francisco Gomorra. Armínio pediu então ao governo a convocação de um Sínodo nacional, mas morreu antes. Seus seguidores, entre os quais estava Hugo Grotius, entendido em direito internacional, compilaram suas ideias na representação de 1610 (Cairns, 1995, p.264-265).

A pauta do Sínodo de Dort incluía uma diversidade de questões teológicas e eclesiológicas. . Restringido ao foco deste artigo, os temas debatidos tratavam da depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e perseverança dos santos (Erickson, 2011, p.33). Foram 154 intensas sessões de discussões teológicas sobre os artigos armenianos, sendo no final do sínodo declarados contrários ao ensino reformado clássico. (Spencer, 2000, p.11). Parte dos resultados das discussões realizadas em Dort, originou aquilo que é conhecido na teologia reformada como os cinco pontos do calvinismo.

As igrejas reformadas são comunidades confessionais. Os cânones de Dort, juntamente com a Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg, são os documentos confessionais das igrejas reformadas na Holanda e em outras partes do mundo (Wieske, 2019, p.11). Conhecidos como *As Três Formas de Unidade das Igrejas Reformadas*, serviram de base para a confecção da *Confissão de Fé de Westminster* e dos *Catecismos*

Maior e Breve de Westminster. A igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) adota estes últimos documentos.

2. ELEIÇÃO E REPROVAÇÃO DEFINIDAS

Como já observado, o Sínodo de Dort tratou de vários assuntos relacionados à Bíblia e temas teológicos diversos, entre eles as doutrinas da graça. Uma das matérias debatidas se refere à eleição, tese vista dentro da estrutura geral da predestinação. Entretanto não há como falar da eleição sem fazer referência ao outro lado da questão, ou seja, o ensinamento das Sagradas Escrituras em relação à reprobção.

O Novo Testamento indica uma série de textos sobre a eleição (Ef 1:10-11, Rm 8:29-30, Rm 9-11, 1 Pe 1:2). Os Cânones de Dort (1.7) definem a eleição bíblica como “[...] o propósito de Deus, pelo qual Ele, antes da fundação do mundo, dentre toda a raça humana caída pela própria culpa [...] por pura graça escolheu em Cristo, para a salvação, um número grande e definido de pessoas específicas”. Uma outra definição indica que a “[...] eleição é um ato de Deus, antes da criação, no qual ele escolhe para a serem salvas, não por causa de algum mérito antevisto nelas delas [...]” (Grudem, 1999, p.560). Ambas as definições enfatizam a livre graça de Deus para com o pecador.

Essa doutrina é um lembrete de que se não fosse a misericórdia de Deus, se não fosse essa intervenção divina, todos pereceriam e seriam condenados. Esse propósito eletivo divino, no entender de Grudem (1999, p.560), se baseia unicamente no plano de Deus, sem nenhuma participação de méritos humanos. É um ato da graça imerecida de Deus, antes da fundação do mundo: “Porque Deus nos escolheu nele antes da criação do mundo [...] Em amor nos predestinou para sermos adotados como filhos” (Ef 1:4,5 – NVI).

Passamos agora a tratar da definição de reprobção. A Bíblia Sagrada se refere também a reprobção (Rm 9:17-22; Jd 1:4; 1Pe 2:8) Os Cânones (1.15) referem-se aos reprovados como aqueles que foram “preteridos na eleição eterna de Deus [...] Deus

decretou deixá-los na miséria comum em que se lançaram [...]”. Grudem (1999, p.573.) define também reprovação como “[...] decisão soberana de Deus, antes da criação, de não levar em conta algumas pessoas, decidindo em tristeza não as salvar e puni-las por seus pecados, manifestando por meio disso sua justiça”. Ao condenar o pecador, o problema não está em Deus, mas em seus próprios pecados.

Há quem argumente injustiça da parte divina. Uma possível explicação na forma de ilustração é dada por Keller (2017, p.228-229):

Cinco pessoas planejam assaltar um banco. São amigos meus. Descubro tudo e discuto com eles. Imploro que não o façam. Por fim, tiram-me da frente e dão início ao plano. Agarro um dos homens e luto com ele no chão. Os outros vão em frente, assaltam o banco, um guarda é morto, eles são presos, condenados, sentenciados [...] O único homem que não se envolveu no assalto está em liberdade. Agora proponho a você a seguinte pergunta: De quem é a culpa pela morte dos outros homens? [...] Esse outro homem que agora caminha livremente por aí – será que ele pode dizer: “Sou um homem livre porque meu coração é muito bom”? O único motivo pela qual ele está livre sou eu, por que eu o impedi. De igual modo, aqueles que vão para o inferno não tem ninguém mais para culpar a não ser a si mesmos. Aqueles que vão para o céu não tem ninguém mais para louvar a não ser Jesus Cristo. Assim, vemos que a salvação é pura graça do início ao fim.

Entretanto, para a tradição reformada, o tema não deixa de continuar sendo um grande mistério. Esse mistério, nas palavras de Grudem (1999, p.573) é uma decisão soberana de Deus, o qual delibera com tristeza, deixar os pecadores em seu estado natural e condenando-os por seus próprios pecados. Nesse sentido, na eleição há o regozijo divino, o que não se pode afirmar na reprovação. As escrituras Sagradas ensinam: “E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para destruição?” (Rm 9:22, NVI).

3. DEUS É AGENTE ATIVO NA ELEIÇÃO

Algumas pessoas colocam sua confiança em Deus para a salvação, outras não. Na teologia reformada, aqueles que creem são os eleitos de Deus. Essa assertiva teológica conduz à discussão sobre a dupla predestinação. Colocando a questão de outra forma: A eleição é um ato ativo e positivo de Deus. Mas na reprobção, Deus age ativamente e positivamente, forçando o réprobo e conduzindo-o à perdição final? O conceito da dupla predestinação – eleição e reprobção –, pode ser explicado em termos de um esquema “positivo-positivo” e “negativo-negativo” na dupla predestinação.

Aqui é necessário certo cuidado para não cair no erro do fatalismo mecanicista:

Alguns cristãos têm encarado a predestinação dupla como uma questão de causação igual, onde Deus é igualmente responsável por fazer com que o réprobo não creia, assim como é responsável por fazer com que o eleito creia. Chamamos isso de visão positivo-positivo da predestinação. A visão reformada da predestinação dupla segue um esquema positivo-negativo. No caso dos eleitos, Deus intervém de forma positiva e ativa operando a graça nos seus corações e levando-os à fé salvadora. Deus regenera de maneira unilateral os eleitos e assegura sua salvação. No caso dos réprobos, ele não opera o mal em seus corações ou impede que cheguem à fé. Pelo contrário, ele os ignora, deixando-os à mercê de seus próprios esquemas pecaminosos. Segundo este ponto de vista, não há simetria na ação divina. A atividade de Deus é assimétrica entre os eleitos e os réprobos (Sproul, 2006, p.58).

Na eleição, Deus é visto como aquele que age positivamente, trabalhando no processo da conversão do escolhido. Os Cânones (1.6) são bastante claros nesse ponto: “de acordo com este decreto, Ele graciosamente quebranta o coração dos eleitos, duros que sejam, e os inclina a crer”. O aspecto positivo da parte de Deus é ressaltado ainda mais, ao afirmar que “Ele decretou conceder-lhes a verdadeira fé em Cristo, justificá-los santificá-los, e depois de tê-los preservado poderosamente na comunhão de seu

filho [...] glorificá-los” (Cânones, 1.7). Há uma espécie de corrente, na qual seus elos estão interligados pela obra de Deus, desde a eleição até a glorificação.

O chamado à fé, ocorrendo na vida do eleito, é visto também como parte do processo ativo e positivo de Deus. O eleito, ao ouvir o chamado, vem, não por algum mérito próprio, mas apenas porque esse chamado é eficaz, o qual conduz ao arrependimento e fé, frutos também da ação ativa de Deus (Cânones, 3/4.10). Isso apenas por meio da graça, sendo assim uma “[...] obra soberana de Deus em vencer a rebelião de nosso coração e trazer-nos à fé em Cristo [...]” (Piper, 2014, p.31). Deus escolhe, Deus trabalha para que tudo se concretize. Do início ao fim, a caminhada daqueles que por Deus são escolhidos ocorre sob seu amoroso plano eterno.

4. DEUS É AGENTE PASSIVO NA REPROVAÇÃO

Um aspecto controverso na doutrina da predestinação diz respeito aos reprovados, ou seja, aqueles que não foram eleitos. Esse assunto merece atenção, considerando que um entendimento equivocado pode conduzir ao entendimento de uma dupla predestinação fatalista. Os Cânones (1.1) ressaltam que todos os homens pecaram em Adão e estão debaixo da condenação, de modo que não haveria injustiça da parte de Deus caso condenasse todos. Prossegue afirmando que os réprobos são deixados em seus próprios males (Cânones, 1.15). Não há uma ação ativa e positiva da parte de Deus sobre o réprobo, mas são eles unicamente deixados em sua condição natural.

Essa condição é mui claramente exposta, enfatizando a responsabilidade do homem por sua condenação:

De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, não lhes concedendo a fé salvadora e a graça de conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento, e finalmente condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o

decreto da reprovação qual não torna Deus o autor do pecado [...] Cânones 1.15).

Há também o esclarecimento por parte do Sínodo, sobre a razão pela qual alguns rejeitam o chamado sincero do evangelho. Isso ocorre não porque haja alguma falha no evangelho, mas por culpa dos próprios pecadores em suas disposições pessoais (Sínodo, 2017, p.138). A rejeição ao chamado, bem como a reprovação é apresentada em termos de atos passivos e negativos da parte de Deus. O homem é deixado em sua condição natural pecaminosa. É importante observar que do ponto de vista bíblico-confessional, o pecador é responsável por seus próprios pecados: “Teria eu algum prazer na morte do ímpio?, palavra do Soberano Senhor. Pelo contrário, acaso não me agrada vê-lo desviar-se dos seus caminhos e viver?” (Ez 18:23, NVI).

A reprovação tem como base a incredulidade do próprio pecador. Ele não é forçado por Deus:

Ora, ainda que o homem seja criado pela eterna providência de Deus, para essa miséria a que está sujeito, no entanto a causa lhe derivou de si próprio, não de Deus, visto que ele se perdeu por nenhuma outra razão, senão porque a viciosa e impura perversidade é a perversão da pura criação de Deus (Calvino, 2006, p.418).

Destacamos também que há uma diferença entre o pensamento luterano e reformado. O luteranismo não fala num decreto de reprovação, apenas faz menção da eleição. O assunto é posto por Horton (2016, p,332):

Conquanto as teologias luterana e reformada difiram com respeito ao decreto de reprovação, a extensão da expiação e a resistibilidade da graça de Deus, elas estão unidas em sua defesa do monergismo soteriológico (i.e., apenas Deus trabalhando na salvação), fundamentado na sua eleição incondicional de pecadores em Jesus Cristo.

Nesse sentido, estamos diante de um ponto de tensão na soteriologia reformada. É uma tarefa difícil conciliar a oferta sincera do evangelho com o aspecto

da reprovação. A observação de Hoekema (1997, p. 86) é pertinente e esclarecedora, ao afirmar que “uma vez que a Bíblia ensina tanto a eleição eterna quanto a boa intenção da vocação [...] continuaremos a manter nossa crença em ambas as doutrinas, mesmo que não possamos reconciliá-las [...]”. Pesando desse modo, evita-se o racionalismo, aquele conceito que busca prender Deus na lógica do pensamento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crença na doutrina bíblica da eleição e reprovação, bem como do pecado, vem sendo debatido há séculos. Na patrística ocorreu a tensão entre Agostinho e os ensinamentos de Pelágio, sendo considerado heresia o pelagianismo. Considerando uma discussão de mais de dois mil anos, este artigo não teve a pretensão em nenhum momento de esgotar o assunto e bater martelo. O objetivo principal foi verificar o ensino do Sínodo de Dort sobre a dupla predestinação, conforme registrado nos Cânones. Como dito na introdução, o autor permanece na perspectiva confessional conservadora sobre o tema, reconhecendo, porém os avanços teológicos trazidos por Karl Barth em relação ao tema da eleição e predestinação.

O ponto principal na pesquisa visou apresentar a teologia de Dort em relação a eleição e a reprovação. Buscamos responder à pergunta norteadora, “os Cânones ensinam ou não o esquema positivo-positivo ou positivo-negativo na ação divina?”. Com base nas declarações do Sínodo, conclui-se que por um lado Deus age ativamente na vida do eleito (positivo), e por outro lado passivamente sobre o réprobo (negativamente). Esse é o posicionamento confessional do Sínodo de Dort em relação à eleição e reprovação.

Qual seria a importância prática na vida do cristão ao estudar a eleição e reprovação? Em outras palavras, na relação pessoal com Deus, todo salvo deveria perguntar-se: Por que sou cristão? Grudem (1999, p.575) responde que “a doutrina da eleição responde que sou cristão só porque Deus na eternidade passada decidiu aplicar seu amor sobre mim [...]”. Não por qualquer coisa boa em mim, mas simplesmente

porque ele decidiu me amar". O profeta exclamou: "O povo que escapou da morte achou favor no deserto. Quando Israel buscava descanso, o Senhor lhe apareceu no passado, dizendo: Eu a amei com amor eterno; com amor leal a atrai" (Jr 31:2,3 – NVI).

A crença na eleição e predestinação carrega um valor para a teologia missionário. O evangelho deve ser anunciado a todos, de modo que os eleitos sejam alcançados: Portanto, desconhecendo quem pertence ou não pertence ao número dos predestinados, devemos de tal modo deixar-nos levar pela caridade que queiramos a salvação de todos" (Agostinho, 1999, p. 85). Paulo escreve: "...continue falando e não fique calado... porque tenho muita gente nesta cidade" (Atos 18:9,10, NVI).

Comentando o versículo em questão, diz Chester (2019, p.19):

O que manteve Paulo na obra mesmo diante de ameaças? Foi saber que Deus tinha muitas pessoas na cidade. O mesmo acontece hoje. Deus tem muita gente na cidade onde você mora. Você está cercado de eleitos. Se você pregar o evangelho, Deus lhe dará fé para seguir a Cristo.

Nesse sentido, a eleição não é um conceito abstrato, de modo que é importante um olhar experimental sobre a questão da eleição. A eleição, diz Grudem (1999, p.562-563), deve ser vista como fonte de consolo para o cristão em suas lutas, como motivo para adoração a Deus e como uma fonte de impulso missionário. É uma doutrina prática, tendo como objetivo conduzir o povo de Deus na prática da humildade:

Se você é um crente em Cristo, é amado por Deus desde toda a eternidade. Ele colocou seu favor sobre você antes da criação do mundo. Ele o escolheu quando o viu em sua condição desesperadora. Ele o escolheu incondicionalmente para si mesmo. Não podemos nos vangloriar de nossa eleição [...] Quando não tínhamos, de maneira alguma, a nos recomendar para com Deus, ele colocou espontaneamente seu favor sobre nós (Piper, 2014, p.78).

A igreja cristã está diante de um mistério, o mistério do amor eletivo e eterno de Deus. E isso, unicamente pela graça de Deus, nada mais. As palavras de Paulo refletem o enigma diante do qual o homem se sente pequeno: "Ó profundidade da

riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e inescrutáveis os seus caminhos! Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro?” (Rm 11.33-34 - NVI). Eleição e reprovação são partes da predestinação. A igreja se alegra pela obra ativa de Deus na escolha e chamada do eleito. Quanto aos demais é mistério que pertence ao Deus escondido.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *A Correção e a graça. In: A Graça (II)*. São Paulo: Paulus, 1999. Edição do Kindle.

CÂNONES de Dort. In: *As três formas de Unidade das Igrejas Reformadas*. Recife: Clire, 2017.

BÍBLIA Sagrada. *Nova Versão Internacional (NVI)*. São Paulo: Vida, 2007.

CAIRNS, Earle. *O cristianismo através dos séculos: Uma história da igreja cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã, vol. 3*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CHESTER, Tim. *Tito para você*. São Paulo: Vida Nova, 2019.

ERICKSON, Millard. *Dicionário Popular de Teologia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática: Atual e exaustiva*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1999.

HOEKEMA, Anthony. *Salvos pela graça: A doutrina Bíblica da Salvação*. São Paulo: Cultura Cristã, 1997.

HORTON, Michael. *Doutrinas da Fé Cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2016

KELLER, Tim. *Romanos 8 – 16 para você*. São Paulo: Vida Nova, 2017.

MAGALHÃES, Waldemar. Introdução. In: CÂNONES de Dort. In: *As três formas de Unidade das Igrejas Reformadas*. Recife: Clire, 2017.

OS CÂNONES de Dort (Portuguese Edition). São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2021 (Edição do Kindle).

PANNENBERG, Wolfhart. *Teologia sistemática - Volume II*. Santo André; São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda, Paulus, 2009.

PIPER, John. *Cinco pontos: Em direção a uma experiência mais profunda com Deus*. São José dos Campos: Fiel, 2014.

SPENCER, Edward. *Tulip: Os cinco pontos do Calvinismo*. São Paulo: Edições Parakletos, 2000.

SPROUL, R.C. *Verdades essenciais da fé Cristã, 2ª caderno*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

WIESKE, Kenneth. **Apresentação**. In: **As três formas de Unidade das Igrejas Reformadas**. Recife: Clire, 2017.

VANDYKE, Leanne. **Predestinação**. In: FREEDMAN, David Noel (Org.). **Dicionário da Bíblia Eerdmans: exegético, expositivo, abrangente, histórico e atualizado**. São Paulo: Hagnos, 2021, p.1204-1205.

Recebido em: 24/09/2024.

Aprovado em: 11/03/2025.